

## **VISÕES SOBRE A MODERNIDADE NO CONTEMPORÂNEO: UM DIÁLOGO COM BAUMAN, BECK, NOGUEIRA E CASTELLS**

Renan Bergo da Silva

Jordeanes do Nascimento Araújo

### **Resumo**

Desde Durkheim, Marx e Weber até os dias atuais experienciamos o tempo da crítica social. Com efeito, um sobrevôo por sobre a crítica dos clássicos, assim também como por sobre as análises benjaminianas a respeito da modernidade, demonstra que o discurso filosófico e crítico sobre a modernidade conferiu-lhe um ar de liberdade, a expressão de liberdade da subjetividade. Esta expressão passou a determinar de modo amplo as configurações da cultura que emergiram da dissociação do passado. Ao mesmo tempo, a moral ganhava autonomia mediante leis universais, o que permitia aos agentes sociais o reconhecimento de suas liberdades subjetivas. Diante de tais questões, o presente trabalho se propõe a estabelecer um diálogo com as perspectivas apresentadas fundamentalmente por **Zigmunt Bauman, Ulrich Beck, Marco Aurélio Nogueira e Manuel Castells** no que concerne às suas análises relativas ao discurso da modernidade, com o fito de demonstrar os efeitos da Política na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Modernidade, Política e Sociedades

### **Visions on modernity in the contemporary: a dialogue with Bauman, Beck, Nogueira and Castells**

#### **Abstract**

From Durkheim, Marx and Weber to the present day we experience the time of social criticism. Indeed, a flyby over the criticism of the classics, as well as over Benjamin's analysis of modernity, demonstrates that the philosophical and critical discourse on modernity gave him an air of freedom, the expression of freedom from subjectivity. Faced with such questions, the present work proposes to establish a dialogue with the perspectives presented fundamentally by Zigmunt Bauman, Ulrich Beck, Marco Aurélio Nogueira and Manuel Castells with regard to their analyzes related to the discourse of modernity, with the aim of demonstrating the effects of politics in contemporary society.

**Key-words:** Modernity, Politics and Societies

## Considerações Iniciais

Desde Durkheim, Marx e Weber até os dias atuais experienciamos o tempo da crítica social. Com efeito, um sobrevôo por sobre a crítica dos clássicos, assim também como por sobre as análises benjaminianas a respeito da modernidade, demonstra que o discurso filosófico e crítico sobre a modernidade conferiu-lhe um ar de liberdade, a expressão de liberdade da subjetividade. Esta expressão passou a determinar de modo amplo as configurações da cultura que emergiram da dissociação do passado. Ao mesmo tempo, a moral ganhava autonomia mediante leis universais, o que permitia aos agentes sociais o reconhecimento de suas liberdades subjetivas.

No entanto, se a ciência a que chamamos Sociologia nasce como uma “narrativa sobre a modernidade” (RITA FELSKI, 1995), o mundo contemporâneo observou transformações sociais, culturais e políticas que demandaram novos olhares e novas teorias sociais capazes de dar conta da complexa sociodiversidade humana e das reverberações decorrentes desse fenômeno.

Diante de tais questões, o presente trabalho se propõe a estabelecer um diálogo com as perspectivas apresentadas fundamentalmente por **Zigmunt Bauman, Ulrich Beck, Marco Aurélio Nogueira e Manuel Castells** no que concerne às suas análises relativas ao discurso da modernidade, com o fito de demonstrar os efeitos da Política na sociedade.

Observa-se que nas últimas décadas a perspectiva de uma transformação radical da sociedade, em termos de emancipação, afastou-se gradativamente do alcance das pessoas. Se é verdade que houve mudanças significativas em direção a uma sociedade mais justa (no que diz respeito, por exemplo, a temas como o reconhecimento das diferenças culturais), é do mesmo modo verdadeiro que, paralelamente, verificaram-se retrocessos relativos a questões de justiça distributiva (quer em termos de retração do Estado de bem-estar social e de retirada de direitos sociais garantidos constitucionalmente; quer em termos de distribuição de renda e riqueza, em nível global e em nível local nos diferentes países; quer em termos de mobilidade social).

Cotejando com Habermas, a modernização do mundo da vida não foi determinada apenas pelas estruturas da racionalidade como um fim último. O conceito de modernização se refere a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais.

## Os discursos de Bauman e Beck sobre Modernidade

Começemos por Bauman. Na obra *Modernidade Líquida* (2001), o autor inicia se pronunciando a respeito da noção de liberdade enquanto conceito filosófico normativo. Não se trata de uma discussão sobre liberdade meramente como um direito do indivíduo. Concerne a possibilidade de se poder agir de acordo com pensamentos e desejos individuais, dentro, porém, de certos padrões ou realidades existentes, configurando-a uma realidade mista.

[...] a situação presente emergiu do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e de agir. A rigidez da ordem é o artefato e o sedimento da liberdade dos agentes humanos. Essa rigidez é o resultado de "soltar o freio": da desregulamentação, da liberalização, da flexibilização, da fluidez crescente, do descontrole dos mercados financeiro, imobiliário e de trabalho, tornando mais leve o peso dos impostos (BAUMAN, 2001:10-11).

Com a expressão "Modernidade Líquida", Bauman quer enfatizar o alcance dessa sensação de liberdade. Todos, homens e mulheres, podem se considerar livres, embora responsáveis por esta liberdade. Tal conceito se distingue da modernidade sólida, onde, para o autor, existia uma rigidez frente às possibilidades de adequação ou adaptação aos novos modos de vida e situações sociais. Dessa forma, diante da modernidade líquida o indivíduo passa de agente passivo para agente ativo.

Bauman sugere que a liberdade seria, portanto, o ápice de uma modernidade fluída, sem questionar, no entanto, os limites dessa liberdade e se a mesma é alcançada por todos. Qual seria o preço a se pagar pela fluidez humana, da vida em um mundo em constante transformação? Segurança e insegurança coexistem em uma única realidade social.

É inegável que os movimentos humanos produziram revoluções sociais que, em muito, contribuíram para se pensar em termos de "liberdades fluidas". Igualmente inegável é o fato de que as revoluções sociais e científicas nem sempre foram libertadoras, ainda que visionárias.

Bauman defende a autonomia, a liberdade de escolha e da auto-afirmação humana, do direito de ser e permanecer diferente. A partir desse viés, o autor concebe que vivemos numa era "pós-panóptica".

Lembremos que panóptico foi uma estrutura idealizada por Jeremy Bentham, em 1789, com o objetivo de supervisionar alunos de uma escola militar em Paris, ainda que tenha sido testada primeiro em prisões. A estrutura do panóptico foi projetada com o fito de controle social dos indivíduos. Tratava-se de um edifício com várias celas, construído

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

em formato circular, com um pátio no meio e uma torre no centro. As celas podiam ser vigiadas tanto do lado interno do prédio quanto pela parte externa, pois seu projeto foi elaborado de modo a permitir que o espaço fosse inteiramente observável. Michel Foucault utilizou o termo para referir-se à relação do poder da punição e da vigilância como forma de controle dos indivíduos, em sua obra *Vigiar e Punir* (1975). Anteriormente, George Orwell em seu *1984* (1949), já fizera incursões sobre o panóptico, sendo a figura do inspetor – o vigilante que tudo vê – chamada de “grande irmão”. O que importava no panóptico era que os vigilantes estivessem próximos à torre cumprindo seus papéis sociais de controle.

Nas relações de poder "pós-panópticas é que as pessoas que operam as alavancas do poder de que depende o destino dos parceiros menos voláteis na relação podem fugir do alcance a qualquer momento – para pura inacessibilidade. O fim do panóptico é o arauto do fim da era do engajamento mútuo (BAUMAN, 2001:18).

Fim do panóptico? Mas o que dizer do recente escândalo internacional acerca da espionagem norte-americana sobre o mundo? Edward Snowden (um analista de sistemas, ex-administrador de sistemas da CIA e ex-contratado da NSA) revelou para o mundo um programa de vigilância secreta que reunia equipes de inteligência ligadas a Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos, cujo papel era **vigiar** e, ao mesmo tempo, **punir** as ameaças da "Democracia compartilhada" norte-americana. Nesse sentido, podemos questionar a ideia de que o panóptico e suas figuras de vigilância tenham deixado de existir. Num movimento de mimese camaleônica criou-se uma falsa perspectiva de privacidade e autonomia.

Essa concepção cede passagem a uma visão infinitamente móvel, que parece ser não mais apenas a respeito do truque mítico de onipresença, mas da transformação do mito em prática comum. E, como truque de Deus, este “olho que tudo vê” transforma o mundo, criando espécies de aberrações tecnológicas de controle, como no caso da supracitada vigilância secreta dos EUA, uma representação panóptica presente no século XXI.

Finalmente, duas características principais são atribuídas pelo autor a essa nova modernidade. Como muitas particularidades da modernidade, por assim dizer, anterior, continuam a existir, para Bauman não há um fim determinado no caminho. O que existem são oportunidades, desejos, realizações a serem perseguidas continuamente. Nesse percurso, há uma “desregulamentação e a privatização das tarefas” (BAUMAN, 2001, p.20). Aquilo que antes era atributo do coletivo passa ao individual. Outrora, o anseio por uma sociedade justa; agora, em voga os direitos humanos, o direito dos indivíduos escolherem como encontrarão a felicidade.

Já Antony Giddens e Ulrich Beck<sup>1</sup>, embora se aproximem de muitos dos postulados enunciados por Bauman, pensam a partir da noção daquilo que chamam “modernidade reflexiva”.

O argumento de Beck será, então, que a modernização reflexiva “significa a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela sociedade industrial. O sujeito dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas vitória da modernização do ocidente” (BECK, 1997:11).

O autor contrapõe dois tipos de modernidade. A primeira, chamada de **modernidade simples**, significou a desincorporação e a reincorporação das formas sociais e tradicionais pelas formas industriais; a segunda, a **modernidade reflexiva**, incorporaria todas as formas sociais industriais no auto-processo de recriação contínua.

Esta segunda modernidade constrói dinamismos que tendem a extinguir elementos formadores de classes, camadas sociais, papéis sexuais, família tradicional, setores empresariais, entre outros. Nesse novo estágio, o progresso será sempre fruto de um processo de autodestruição e, ao mesmo tempo, recriação de outra modernidade e será classificado como “etapa da modernização reflexiva” (BECK, 1997: 12).

Em Beck, moderno refere-se sempre à sociedade industrial e ao conhecimento científico produzido, principalmente, até o século XIX. Acompanhando o debate sociológico, o autor se refere a etapa contemporânea como uma segunda modernidade, modernidade pós-industrial, industrial tardia ou tardo-moderna.

Nesse sentido, Beck desenha o que viria ser a arquitetura desta segunda modernidade. Procura encontrar o nexos de conflitos sociais tão diversos e inumeráveis e uma nova forma de sociabilidade política.

Ao buscar construir a noção do que vem a ser sociedade de risco dentro da segunda modernidade, o autor propõe inúmeras questões que vão desde conflitos sociais (que envolvem fundamentalismo religioso, terrorismo) até a chamada questão ambiental. Desse modo, perquire Beck:

Primeiro, sob que condições a modernização reflexiva se transforma em determinado tipo de crises sociais? Segundo, que desafios políticos estão ligados aos desafios reflexivos e que respostas a eles são em princípio concebíveis? Terceiro, qual o significado e a implicação das superposições da modernidade reflexiva com os desenvolvimentos antagônicos – prosperidade e seguridade social, crise e desemprego em massa, nacionalismo, pobreza mundial, guerras ou novos movimentos migratórios? (BECK, 1997:15).

---

<sup>1</sup> De fato, Beck reconhece ter pensado o conceito de modernidade reflexiva a partir dos escritos de Giddens (BECK, 1997).

São problemáticas que permeiam a sociedade de risco como uma fase do desenvolvimento da sociedade moderna, na qual os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial.

À luz dessas transformações, provocadas pela dinâmica da sociedade industrial, o conceito de modernização reflexiva se delinea como "autoconfrontação" entre o velho e o novo, o inesperado no despertar do dinamismo autônomo da modernização latente. Sendo assim, "modernização reflexiva" significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial.

Por fim, Beck revela com certa lucidez os riscos sociais autoproduzidos pelas sociedades industriais. A ausência, no entanto, de uma análise mais condizente com a feição da sociedade pós-industrial é nítida em sua abordagem. Inegavelmente, na contemporaneidade, dependendo do contexto social e cultural, existem sociedades em diferentes níveis de industrialização (e desindustrialização), produtos de um capitalismo transglobal que desterritorializa, desregulamenta processos, acordos, direitos e constrói autoridades transnacionais.

### **Possibilidades da Política na Modernidade: Nogueira e Castells**

Na esteira das análises até aqui expostas por esses sociólogos, Marco Aurélio Nogueira, talvez por sua inclinação pessoal e profissional à Ciência Política vai partir do diagnóstico de "modernidade líquida", "modernidade reflexiva", "sobremodernidade", "hipermodernidade" para pensar as possibilidades do fazer político num mundo que encontra-se abalado pelo esfacelamento dos referenciais (modernos diga-se de passagem) através dos quais os indivíduos davam sentido as suas vidas. Quais as possibilidades da política num mundo descentrado?

Em seu livro *Em Defesa da Política* (2001), Nogueira partirá de uma constatação da crise atravessada pela política, mais especificamente pela democracia representativa. Essa crise é a manifestação na esfera política institucional da crise que decorre do aprofundamento dos aspectos perniciosos e predatórios da modernidade, pois como já dissemos, ainda que tenha aumentado a liberdade dos indivíduos, a modernidade reflexiva enfraquece vínculos sociais de solidariedade e possibilita maior exploração das camadas mais pobres da sociedade. É um mundo onde "progresso e barbárie coexistem e se misturam, nos assustando e confundindo" (NOGUEIRA, 2001:20).

Não há saídas simples para uma crise como essa. No entanto, como bem nos lembra o autor, as crises compõem-se também de uma dimensão "virtuosa", se soubermos aproveitá-las para repensar com seriedade os rumos que nos trouxeram até aqui e, especialmente, os rumos que devemos perseguir no futuro. Isso porque a dimensão projetiva, de vislumbrar um projeto de futuro com criatividade e paixão, é algo que deve ser recuperado e potencializado nas práticas políticas. Potencialização que se dá em



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

contraponto a uma política que se preocupa muito com resultados técnicos e supostamente eficientes e pouco com pessoas. Na tipologia estabelecida pelo autor trataria-se de algo como combater a *política dos técnicos* com a *política dos cidadãos*.

Se falamos em combater, não é para remeter a um tipo de violência que vise a destruição de outras posições, mas sim para lembrar, como faz o autor, que a política não está destituída de conflito, e mais, ela encontra no conflito sua razão de ser e sua potencialidade. Negando os falsos consensos ou a dominação pura e simples, a política estabelece-se como campo privilegiado onde o embate entre diferentes interesses pode ser articulado de maneira que não destrua os grupos que encarnam esses interesses mas que possibilite a definição de rumos para a sociedade. A política seria algo como “o principal instrumento para que se possa pensar o social como espaço organizado: espaço instituído, construído, articulado por conflitos, antagonismos e hegemonias” (NOGUEIRA, 2001:27).

Nogueira não se furta a declarar por onde passa sua proposta de defesa e revitalização da política, “a área que pode sustentar essa reinvenção da política costuma ser chamada de democracia de massas. E a esquerda é, em boa medida, seu principal animador” (NOGUEIRA, 2001:54).

A tipologia estabelecida pelo autor, a qual aludimos numa passagem acima, oferece um interessante referencial para uma análise mais minuciosa da situação de crise diagnosticada. Os três tipos ideais de política que isola nos ajudam a olhar para esse quadro contemporâneo.

Haveria em primeiro lugar, a *política dos políticos*, definida como “política com pouca política”. Não devemos desprezar tal política, embora tenhamos que estar atentos para seus riscos sempre presentes. Suas principais características seriam o realismo e pragmatismo político, o cálculo e a frieza no lugar da fantasia e opinião.

O segundo tipo, aquele que mais se aproxima dos ideais de generosidade que podem ser manifestados na política, é a *política dos cidadãos*, que se estabelece “numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável capacidade criativa dos homens. É a “política com muita política” (NOGUEIRA, 2001:58). Aqui o protagonismo são os grupos e não as personalidades talentosas, as lideranças destacadas, ela se estabelece e se reproduz numa educação contínua dos cidadãos, leva a cabo um “esforço permanente para fazer com que todos aprendam a valorizar o diálogo e o alcance de consensos como meio de resolver conflitos, organizar e viver a vida. É uma retomada da idéia grega de política” (NOGUEIRA, 2001:61).

Por último, e em contraposição às duas formações anteriores, teríamos a *política dos técnicos*, uma política *sem* política, ou mesmo *contra* a política. “Ela se apóia numa hipervalorização da técnica, da gestão e da administração sobre o governar, o articular, o participar, o discutir”. (NOGUEIRA, 2001:63). Essa é a política que prevalece na contemporaneidade, contra ela e como valorização de um efetivo processo de

aprofundamento da democracia, as simpatias e apostas do autor recaem, como vimos, num aprofundamento da *política dos cidadãos* somada ao reconhecimento da importância da *política dos políticos* e da necessidade de articulação entre essas duas modalidades.

Se pudermos acrescentar algumas considerações críticas ao livro *Em Defesa da Política*, seria em relação à falta de um maior detalhamento dos processos através dos quais uma esquerda democrática e não dogmática poderia se pautar para o projeto de revalorização e defesa da política com vistas a um aprofundamento da democracia. As apostas, paixões e entusiasmo do autor aparecem claramente no texto, as proposições práticas para a manifestação dessas apostas na realidade nem tanto. Reconhecemos que essa consideração crítica não é completamente justa, uma vez que por seu tom ensaístico o texto não parece buscar respostas acabadas mas antes incitar no leitor o mesmo entusiasmo pela política que professa seu autor. É de supor que em outras áreas da sua produção textual e acadêmica, inclusive no exercício docente, Marco Aurélio Nogueira tenha desenvolvido algumas respostas das quais sentimos falta aqui.

Para concluir esse bloco dedicado a Nogueira será interessante aludir a uma debate presente no livro sobre as possibilidades da *internet* e dos novos meios de comunicação no exercício da política, da participação e da construção da cidadania.

Essa debate se conecta com o próximo autor que trataremos, Manuel Castells. Bem como às questões relativas à vigilância, liberdade e privacidade que já mencionamos. Lembrando que as considerações de Nogueira foram publicadas em 2001 - o que em se tratando de comunicação digital nos dias que correm é bastante tempo, se levarmos em conta a desorientadora velocidade das mudanças nesse terreno.

Há, por exemplo, o impacto das tecnologias de informação sobre a política e a vida democrática. O que podemos esperar? O crescimento dos mecanismos de controle e manipulação, ou a expansão dos espaços de comunicação, convivência e participação coletiva? O debate é intenso na área. À sombra do “grande irmão” orwelliano e do “panóptico eletrônico” - que tudo veem sem serem vistos por ninguém - opõe-se a imagem de uma “ágora virtual”, de uma democracia ciberespacial alimentada por uma rede comunicativa que escapa de qualquer sistematicidade e controle. (NOGUEIRA, 2001, p.128).

Nogueira nos apresenta como defensores das posições cética e otimista, com relação aos usos das tecnologias de informação e comunicação, Neil Postman e Pierre Lévy, respectivamente. A julgar por seu livro *Redes de Indignação e Esperança* (2013), Manuel Castells alinha-se com a postura representada por Lévy.

Castells entende que a instância que funciona como alavanca das transformações sociais ao longo da história são os movimentos sociais. No livro que citamos, seu esforço será observar e refletir sobre um novo tipo de movimento social, um movimento atinado para as questões de seu tempo, o século XXI. O autor esclarece desde o começo que essa não será uma análise acadêmica acabada - em parte pelo fato dessas dinâmicas ainda estarem desdobrando-se na realidade - mas antes uma reflexão, que aproveita a energia e



o calor dos eventos recentes e aponta para as novas possibilidades de pensar a sociedade e a política que esses movimentos nos colocam.

Assim como Marco Aurélio Nogueira, Castells reconhece certa falência das instituições diante dos dilemas da sobremodernidade. No entanto, também como Nogueira, irá procurar olhar para o lado luminoso do processo. O lado das possibilidades que começam a se engendrar nesse novo contexto, ao invés de contentar-se com um panorama sombrio.

Assim Castells nos mostrará em sua análise como esses movimentos se constituam, se organizam, contra o que se levantam e como se dão suas práticas cotidianas. A idéia de rede permeia o pensamento do autor e dada as conexões comunicativas possibilitadas pelas nossas atuais tecnologias, o aproveitamento dessa idéia faz todo sentido.

Os movimentos em rede expressam-se por conexões entre indivíduos que aderem aos movimentos por razões emotivas (haverá, segundo o autor uma progressão que vai da indignação, passando pela raiva, pela superação do medo e, finalmente, chega à esperança) e que a partir do compartilhamento dessas emoções irão construir uma experiência auto-gestionária de contestação do capitalismo contemporâneo e de suas instituições, especializadas na produção e reprodução de desigualdades.

Um dos pontos que chama atenção é o aparecimento continuado de movimentos contestatórios autogestionários em escala mundial, à essa malha de movimentos também pode-se aplicar a idéia de rede, uma vez que eles estão de fato conectados via *internet* que compartilham táticas, procedimentos, demandas, influenciando-se mutuamente.

Como dissemos esses movimentos são baseadas na autogestão onde os indivíduos experienciam uma vivência temporal que se divide em dois tempos. Primeiro, o tempo do cotidiano, compartilhado nas assembleias deliberativas, reuniões de organização, manifestações nas ruas e ocupações de espaços públicos e prédios simbólicos. A segunda dimensão do tempo é a dimensão futura, projetiva, a qual Nogueira também faz menção. Um instrumento fundamental para se construir uma sociedade mais justa passa pela imaginação e inclusive pelas recuperação de utopias. O tempo dos manifestantes opõem-se ao tempo imposto pela lógica capitalista de produção, é um tempo que se atina mais com a demora relativa necessária ao debate e à construção de consensos.

Na síntese da dimensão temporal cotidiana com a dimensão temporal projetiva, os movimentos constroem uma efetiva prática democrática de participação política, uma vez que todos os rumos são deliberados coletivamente em assembleias onde os indivíduos não são instados a abrir mão de sua individualidade e sim a manifestarem-na. Esses espaços não são propícios à organização vertical que tradicionalmente permeou partidos, governos e outras formas de organização social, são espaços da horizontalidade, onde os indivíduos encontram espaço para sua expressão subjetiva, sem mediação. Ainda que

alguns manifestantes possam destacar-se no movimento, não é prática corrente a eleição de líderes ou delegados.

A dimensão espacial desses movimentos é outro ponto de interesse. Os movimentos mencionados constroem o que Castells conceitua como *espaço de autonomia*. Essas espaços são uma síntese dos espaços físicos de ocupação com os espaços virtuais da comunicação.

O papel da internet é o de fornecer uma base comunicativa, quem faz o movimento são os indivíduos, seria tolice pensar o contrário, como o autor enfatiza.

O papel da internet e da comunicação sem fio nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental, como está documentado neste livro. Mas a compreensão delas tem sido obscurecida por um debate sem sentido, na mídia e nos círculos acadêmicos, ao negar que as tecnologias de comunicação estejam na raiz dos movimentos sociais. Isso é óbvio. Nem a internet nem qualquer outra tecnologia, nesse sentido, pode ser fonte de causação social. Os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional. (CASTELLS, 2013, s/p)

Ainda que apresente considerações importantes para considerarmos fenômenos que vem ocorrendo paulatinamente no Brasil e no mundo (continuam ocorrendo depois da escrita do livro), não podemos nos isentar de fazer algum tipo de apontamento crítico. Esse será no sentido de questionar se o envolvimento afetivo do autor não complicaria alguns pontos da sua análise, mesmo que ele não busque uma objetividade acabada. Escrever no calor dos acontecimentos é uma atitude corajosa e frutífera mas que pode implicar problemas. Em que medida Castells não enxergaria nesses movimentos aquilo que quer enxergar ao invés das dinâmicas que realmente estão ocorrendo? Colocado de outra maneira, em que medida ele não incorre no mesmo erro que aponta na leitura de Marx sobre a Comuna de Paris? Uma vez que, segundo Castells, Marx teria visto num movimento de contestação ao abuso dos aluguéis em determinada região de cidade um levante do proletariado, em outros palavras viu o que queria ver levado por suas convicções pessoais.

Tomemos o posfácio à edição brasileira como exemplo. Ainda que provavelmente feito a toque de caixa e a pedido do editor para aumentar o apelo e as vendas do livro, isso não o isenta de críticas. No posfácio, Castells faz uma complicada constatação de que os movimentos que eclodiram no Brasil em 2013 teriam brotado espontaneamente, sendo que a essa pressuposição podemos contrapor outra (e dessa nossa podem-se encontrar eventos concretos que a embasam) de que o que ocorreu vinha sendo articulado por muito tempo por um movimento bastante atuante e organizado, o Passe Livre. Nos perguntamos ainda se a identificação entre todos esses movimentos é de fato possível e analiticamente desejável ou se antes ela serviria a um apagamento de importantes características locais que seriam importantes para análises aprofundadas.

Entretanto mais uma vez lembramos a declaração do autor de que sua intenção não foi fazer uma análise acabada. Se assim foi só podemos saudar essa reflexão sobre movimentos que nos inquietam a todos, e aos quais os cientistas sociais tem a obrigação de estarem atentos.

### **Ponderações finais**

As reflexões ora realizadas pretenderam apresentar em que sentido os autores problematizam os conceitos "modernidade líquida" (BAUMAN, 2001), "modernidade reflexiva" (GIDDENS, BECK, 1997), "política e democracia" (NOGUEIRA, 2001), "movimentos em rede" (CASTELLS, 2013), o que nos levou a pensar as problemáticas disto resultantes.

O exame científico, a “sociologia da sociologia”, pressupõe um grau de dificuldade, aqui consubstanciado na análise dos conceitos. Diante disso, procuramos realizar uma reflexão acerca da problematização que cada autor elenca na compreensão da modernidade, incorporando os pressupostos da compreensão-explicação-reflexão.

O quadro pintado pelos teóricos da segunda modernidade pode parecer sombrio à primeira vista, dificultando análises sociológicas e, mais ainda, orientações para a prática política. No entanto, não devemos, diante do assombro inicial, cair no desespero ou no imobilismo, seja ele teórico ou prático. Devemos tirar proveito dessas análises, para que funcionem como preparação para os desafios teóricos e políticos que são um fato e com os quais nos debatemos todos os dias.

Marco Aurélio Nogueira (2001, 2007) e Manuel Castells (2013) enfatizam a importância da capacidade humana de projetar criativamente o futuro e dirigir a mudança, em lugar de assistir passivamente a derrocada de seus ideais. Ambos sugerem que a criatividade e a mudança não partirão das instituições que fazem a manutenção da desigualdade social. Antes, partirão da sociedade civil, dos cidadãos, de movimentos sociais que encarnam ideais generosos contidos no projeto moderno e nunca levados a cabo, como observa Habermas, em sua formulação da modernidade como “projeto inacabado”.

É verdade que ainda restam perguntas. Quem vai dirigir essa mudança? Por quem ela é desejada? De que maneira sociedades não ocidentais (e nem por isso portadoras de algum tipo de atraso congênito) serão incluídas e contempladas neste projeto? As perguntas não param de se multiplicar e isso não é algo negativo (é precisamente o sentido contrário, aliás). Qualquer um que tenha a pretensão de fazer política ou análise social não deve se contentar com respostas fáceis e acabadas, mas sim usar as perguntas como ponto de partida para análises matizadas e sutis que tenham o cuidado de não reduzir a complexa realidade social a um modelo acabado.

## Referências

BAUMAN, Sigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Edição, 2001.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: **Modernização reflexiva**. São Paulo: Editora da Unesp, p.11-71, 1997.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FELSKI, Rita. **The Gender of Modernity**. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1995.

GIDDENS, A; BECK, U; LAS,S. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

HABERMAS, Jurgen. **Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NOGUEIRA, M.A. **Em defesa da política**. São Paulo: ed.SENAC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Bem mais que pós- moderno: poder, sociedade civil e democracia na sociedade periférica radicalizada**. Ciências Sociais Unisinos. Volume 43, Nº1, jan/abril, 2007.

**Recebido: 8/3/2021. Aceito: 20/4/2021.**

### Autores:

**Renan Bergo da Silva** - Mestre pelo o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Unesp. Professor da Rede Pública do Estado de São Paulo.

Email: [renanbergo@gmail.com](mailto:renanbergo@gmail.com)

**Jordeanes do Nascimento Araújo** - Doutor em Ciências Sociais da UNESP. Professor de Antropologia no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Madeira.

Email: [jordeanes@ufam.edu.br](mailto:jordeanes@ufam.edu.br)